

A QUEM PERTENCE O DISCURSO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO? PARA A SUPERAÇÃO DO ENFOQUE NEOLIBERAL

Carlos Eduardo Martins*

Resumo: O neoliberalismo tem sido apresentado pelo governo brasileiro como a alternativa para elevação de produtividade e competitividade mundial da economia brasileira. Entretanto, a produtividade numa época de trajetórias tecnológicas microeletrônica exige novas formas de gestão. A iniciativa de geração do progresso técnico se desloca em grande medida aos trabalhadores, o que no limite coloca em questão a própria existência do capitalismo. Concluímos assinalando que as tentativas do governo brasileiro de combinar elementos do toyotismo com o ideário neoliberal criam um resultado espúrio, que não moderniza para nada o neoliberalismo.

Introdução

Entre os anos 80 e 90, temos assistido uma forte ofensiva do pensamento neoliberal na América Latina. O seu pressuposto principal é que o mercado é o melhor alocador de recursos, devendo as relações econômicas e sociais serem reguladas pelo princípio da concorrência. Postula-se a liberalização das relações comerciais, produtivas, financeiras e trabalhistas da região para que ela possa superar a estagnação, a ineficiência e o atraso e inserir-se de forma dinâmica na economia mundial.

No Brasil, este enfoque tem sido desenvolvido, durante a década de 90, sobretudo nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso. No plano do trabalho, o neoliberalismo reivindica a ampla desregulamentação dos direitos trabalhistas e sociais, implicando: a quebra da estabilidade no emprego, a redução dos encargos trabalhistas e sociais, dos custos de demissão, a eliminação do pagamento de horas extras mediante a modulação da jornada de trabalho, a individualização do salário e a elevação das contribuições e do tempo de trabalho para aposentadoria.

Apresentado-se como modernidade, o neoliberalismo coloca-se como uma brutal força anti-nacional e anti-trabalhista, dissolvente das relações sociais locais em nome de um “cosmopolitismo” abstrato, baseado na competição. Neste texto, procuraremos demonstrar a falácia desta pretensão. Longe de constituir uma força progressista o neoliberalismo é uma força reacionária e decadente. Reacionária no sentido de que pretende retomar formas de gestão do trabalho e das políticas públicas ultrapassadas, desenvolvidas na segunda metade do século XIX, para substituir a estrutura organizacional fordista, desenvolvida na economia mundial entre os anos

1910-70. E decadente porque longe de oferecer uma saída virtuosa para a economia mundial, articula-se aos segmentos que nela perdem competitividade e impulsionam a financeirização como uma tentativa desesperada de preservar seu poder internacional. Embora provoque ilusões no curto e médio prazo, a alternativa neoliberal acentua a longo prazo a perda de poder dos países e regiões que a adotam.

Dividimos este artigo em quatro partes. A primeira, em que abordamos a crise do fordismo como regime internacional de regulação de políticas e instituições e as alternativas que a ele se colocam: o neoliberalismo e a reconversão deletéria da estrutura produtiva ou o chamado ohnismo/toyotismo e a reconversão virtuosa da economia mundial. Na segunda, em que nos dedicamos à análise da forma ohnista/toyotista de regulação do trabalho, a chave do crescimento econômico desde os anos 60, mostrando seu contraste com a regulação neoliberal. Na terceira avaliamos as possibilidades de difusão do toyotismo na economia mundial, distinguindo as forças que o impulsionam e o limitam. Numa quarta parte, nos dedicamos à análise da conjuntura brasileira e a maneira como o país tem se relacionado com estas duas formas de reconversão de sua estrutura produtiva.

1. Dilemas da Economia Mundial: A Crise do Fordismo e o Desafio Civilizacional

A mundialização da revolução científico-técnica, iniciada a partir dos anos 70, tem produzido profundas modificações na estrutura produtiva internacional. Esta mundialização tem sido avaliada como uma força de projeção civilizacional, isto é, capaz de operar mudanças fundamentais nas formas de organização da vida humana para os próximos séculos. O limiar dessas novas formas civilizacionais coloca em questão as bases civilizacionais de nossa época pautadas no desdobramento do capitalismo sobre o globo, desde sua emergência no século XVI.

O que é exatamente a revolução científico-técnica e porque ela coloca em cheque o capitalismo?

A revolução científico-técnica é uma etapa do desenvolvimento das forças produtivas da humanidade onde a automação se converte num princípio produtivo generalizado, que libera o trabalho das atividades físicas, tornando as formas de ocupação densas em subjetividade. A ciência, o conhecimento e a cultura subordinam a tecnologia e a técnica como formas de organização econômica, social, espacial e de intervenção sobre a natureza. Com a microeletrônica, nos anos 70, a informação e a

computação podem ser aplicadas radicalmente e de forma global ao planejamento, programação e controle da produção. A revolução científico-técnica se afirma e aprofunda a substituição do princípio mecânico, que havia organizado a revolução industrial, pelo princípio automático.

O capitalismo entra em crise como sistema civilizacional, justamente, porque a sua maturidade e afirmação mundial basearam-se na revolução industrial. O capitalismo se desenvolve historicamente como uma força civilizacional que subordina as forças nacionais, regionais e locais ao movimento ilimitado de valorização do capital. Inicialmente, impulsionado pelo capital mercantil e pelo capital usurário, desenvolve sua capacidade de acumular mais-valia independentemente de sua produção. A acumulação se expande mediante a captação de juros e dos diferenciais de preços de venda e compra das mercadorias. Para isso concorrem fortemente a dívida pública e o mercantilismo.

Entre fins do século XVIII e meados do século XIX, o capitalismo cria sua própria base de produção material. A revolução industrial introduz a maquinaria, que substitui a terra como principal força produtiva, e impulsiona um amplo processo de urbanização e deslocamento de populações do campo para as cidades. O capitalismo passa a produzir mais-valia de forma massiva e a expansão do capital produtivo torna-se o centro de gravidade que articula dialeticamente a acumulação dos capitais comercial e usurário. Na base da produção de mais-valia está a diferença entre o valor do trabalho e o valor da força de trabalho que a industrialização desenvolve e promove.

A industrialização cria uma nova divisão do trabalho que subdivide a elaboração de um produto em diversas etapas distintas, correspondentes a diversos postos de trabalho. E o faz desenvolvendo dramaticamente a produtividade do trabalho. Com isto, quebra a capacidade de reprodução do artesanato, pois desenvolve a divisão do trabalho em duas direções complementares: a separação entre as atividades de concepção e de execução; e a fragmentação da atividade de execução em múltiplas atividades, cada vez mais especializadas e articuladas. Não há mais espaço para o artesão, que integra em seu trabalho o planejamento de um determinado produto e as diversas operações físicas necessárias a sua elaboração.

Em seu lugar surge o proletário, assalariado, que vive da venda de sua força de trabalho e perde o controle sobre os instrumentos de trabalho. O trabalhador torna-se cada vez mais um apêndice da maquinaria e tem o seu posto de trabalho e suas

qualificações determinados por ela. Esta nova divisão do trabalho, fundada pela industrialização, estabelece as bases para o crescimento exponencial das taxas de mais-valia, em razão da brutal diferença que se desenvolve entre o valor do trabalho e o valor da força de trabalho.

Para compreendermos isto, é necessário esclarecer que a força de trabalho é transformada pelo capitalismo em uma mercadoria como outra qualquer, cujo preço equivale a seu custo de produção. O custo de produção da força de trabalho corresponde ao valor dos elementos necessários para produzi-la ou reproduzi-la. Isto é, a força de trabalho para ser produzida ou reproduzida necessita do consumo de alimentos, habitação, transporte, educação, saúde, lazer, etc. A industrialização atua para a exponencialização das taxas de mais-valia, reduzindo o valor da força de trabalho de duas formas:

i) Ao elevar a produtividade do trabalho, barateia os produtos que o trabalhador precisa consumir para reproduzir sua capacidade biológica de despendar energia;

ii) Ao simplificar as tarefas que realiza o operário – suprimindo-lhes a atividade de concepção e reduzindo a complexidade das suas atividades manuais – diminui drasticamente a necessidade do consumo de educação, cultura e subjetividades para a formação de sua capacidade de trabalho. A simplificação dos saberes necessários ao funcionamento normal da força de trabalho contribui também para a formação de um importante exército industrial de reserva, reforçando as pressões negativas sobre os salários.

O capitalismo desenvolve com a industrialização uma forma perversa de geração de produtividade. Estabelece um tipo de trabalho coletivo onde a maior produtividade viabilizada pela coordenação e planejamento dos trabalhos individuais corresponde à desqualificação da força de trabalho da grande massa dos trabalhadores. Como resultado, os trabalhadores são excluídos e marginalizados da complexidade civilizatória criada pela industrialização capitalista. Este processo chega ao auge com a internacionalização do fordismo no pós-guerra.

Taylor, Ford e Fayol são os pilares do desenvolvimento organizacional de espaços de trabalho que levarão ao máximo os princípios de expropriação mecânica dos saberes dos trabalhadores e fragmentação de suas atividades manuais. Taylor cria as bases de um sistema aberto que culminará no fordismo. O objetivo de Taylor é aumentar a produtividade do trabalhador individual em seu posto. Para isso propõe a

criação de uma direção científica que estude o saber operário e o reduza aos seus elementos mais simples, isto é, a tempos e movimentos. Uma vez decomposta a atividade individual do trabalhador, cabe a direção científica reintegrá-la da forma mais econômica possível quanto aos tempos e movimentos. O fordismo é uma etapa superior do taylorismo. Apropria-se de inovações tecnológicas que permitem a elaboração de máquinas-ferramentas com alta velocidade e precisão no corte para introduzir a linha de montagem. O sistema de máquinas torna-se a base do processo produtivo e a esteira transportadora expropria dos operários as tarefas de transporte e regulação do ritmo de trabalho. A direção científica libera-se das funções de vigilância para concentrar-se na gestão e expansão da produção. Expandem-se as hierarquias entre concepção e execução e aprofunda-se a subdivisão dos trabalhos manuais. Eleva-se na indústria o número de empregos que requisitam um dispêndio físico de força de trabalho, o que limita o desenvolvimento do sistema de máquinas à análise dos tempos e movimentos e à produtividade do trabalhador em seu posto individual.

Marx assinala que cada modo de produção possui uma forma produtiva básica que se projeta sobre as outras como um éter, impregnando-as. No capitalismo, a forma produtiva básica é a indústria e seu desenvolvimento estabelece os marcos da expansão institucional e organizacional dos demais setores. Fayol transporta as mudanças ocorridas no *chão da fábrica* para a própria gestão administrativa. Estabelece os critérios de competência e produtividade para seu funcionamento e os articula às noções de fragmentação e hierarquização. Rompe com a gestão de tipo patrimonial e subdivide as atividades diretivas da empresa em técnica, comercial, financeira e contábil, subordinando-as à administração geral.

Weber leva ainda mais longe este movimento estabelecendo a burocracia como o tipo ideal da modernidade. A burocracia permeia não apenas a esfera privada, mas também a pública e baseia-se na hierarquização, na especialização e em regimentos escritos e na lei. Ele afirma o caráter permanente do aparato burocrático no Ocidente, que o torna imune a revoluções, e o vincula ao domínio da racionalização e da técnica. O movimento em direção à burocratização, à hierarquização do poderes decisórios, à separação entre trabalho intelectual e manual e à especialização parecia irresistível.

Entretanto, a emergência da revolução científica-técnica como uma força planetária, em fins dos anos 60, põe em crise a forma perversa de desenvolvimento de

produtividades que a divisão do trabalho capitalista estabelece. Ao automatizar a produção, libera o trabalho coletivo destes mecanismos de geração de produtividades e passa a exigir uma nova forma de divisão do trabalho. Quando a automação começa a eliminar os trabalhos manuais da indústria e mesmo do setor de serviços, não é mais possível desenvolver a divisão do trabalho através da separação entre o trabalho intelectual e manual. É precisamente essa própria separação que entra em crise como forma de geração do progresso técnico. Torna-se necessário não mais desqualificar em massa, mas ao contrário, impulsionar a qualificação do próprio trabalhador manual para que ele incorpore progressivamente elementos subjetivos em sua força de trabalho.

A nova divisão do trabalho requer o nivelamento pelo alto das qualificações e por isso questiona dois princípios básicos do taylorismo e do fordismo: a hierarquização e a especialização. A hierarquização, porque a democratização do processo decisório é um componente do próprio movimento de homogeneização das qualificações, já que uma parte importante dos saberes do trabalhador se desenvolve durante o processo de trabalho; a especialização, porque não é possível delimitar-se rigidamente competências intelectuais como se delimitam competências operacionais. O saber é um ativo imaterial e intangível e suas partes não podem ser rigidamente separadas do conjunto, sem que isso designe um forte processo de violência intelectual. No fordismo, as atividades manuais eram fragmentadas pelo planejamento e individualmente não fariam sentido algum. Essa realidade se projetava em grande medida à própria gestão e à organização dos saberes, isolando as competências intelectuais. Entretanto, a reorientação da divisão do trabalho para a democratização e a expansão das qualificações exige que a especialização se constitua em densa interpenetração com as demais competências.

Pois bem, a grande questão civilizacional que a nova divisão do trabalho coloca é que seus supostos não podem ser radicalmente incorporados pelo capitalismo. Como vimos, na base da expansão da taxa de mais-valia está a diferença entre o valor do trabalho e o valor da força de trabalho, que é impulsionada pelo fato da produtividade se vincular à desqualificação e à redução do valor da força de trabalho. A mundialização da revolução científica-técnica ao desfazer esta correlação e articular a produtividade à qualificação da força de trabalho cria a necessidade de uma trajetória de progressiva redução deste diferencial. O acesso ao produto do trabalho passa a ser um requisito indispensável à capacidade da força de trabalho,

vinculando o aumento de seu valor ao da sua produtividade.

A revolução científico-técnica estabelece, portanto, os fundamentos materiais do fim da mais-valia e da plena participação dos trabalhadores na riqueza material, cultural e simbólica produzida pelo trabalho. O capitalismo se relaciona com esta situação de uma dupla forma:

i) De um lado, ao invés de produzir mais-valia procura apropriá-la. Recorre ao Estado para sustentar processos financeiros de acumulação e à concorrência para internacionalizar os mercados nacionais existentes. Ambos os casos sustentam-se em processos de superexploração do trabalho, pois a transferência de excedentes econômicos para os segmentos que impulsionam a acumulação é muito superior ao produto global criado.

ii) De outro lado, não pode ignorar os novos fundamentos da produtividade, pois a capacidade de gerar progresso técnico é um poderoso instrumento de obtenção de resultados positivos no âmbito da concorrência. Os segmentos do capital com maior capacidade de introduzir inovações tecnológicas desenvolvem os fundamentos da nova divisão do trabalho com maior profundidade, enquanto que aqueles com menor força competitiva tendem a recorrer mais amplamente às formas vinculadas à superexploração do trabalho.

Dessa segunda alternativa, nasce na virada do século um novo período de crescimento longo na economia mundial, também chamado de fase A do ciclo de Kondratiev. Entre os anos 40 e os anos 60 vivemos uma expansão de cerca de 30 anos. Esta expansão global foi interrompida nos anos 70, 80 e grande parte dos 90 pela crise do fordismo como forma de regulação da divisão do trabalho. Nesse interregno, o Japão surge como o principal centro difusor da geração do progresso técnico. Ele introduz formas toyotistas e ohnistas de regulação da divisão do trabalho que a direcionam para a democratização e homogeneização das qualificações.

2. O Toyotismo: Novo Paradigma da Produtividade do Trabalho

O texto clássico sobre o ohnismo/toyotismo é o livro de Benjamin Coriat *Pensar pelo Avesso* (1991). Coriat estuda o desenvolvimento dessas formas organizacionais no Japão e assinala seu caráter inovador. Ele aponta que o toyotismo é um sistema de geração de produtividades para séries restritas de produtos diferenciados enquanto que o fordismo e o taylorismo são sistemas que impulsionam a produtividade para grande séries de produtos idênticos. O toyotismo não despreza as economias de escala, mas as subordina às economias de escopo, priorizando a

qualidade e a variedade à quantidade. Ele é, portanto, muito mais adequado para gerir a revolução científico-técnica, pois ela cria as bases tecnológicas da economia da abundância. A diversidade torna-se a razão do sistema produtivo e desloca a massificação para um segundo plano.

Por ser uma forma de regulação do trabalho extremamente inovadora, o toyotismo exige uma profunda modificação das relações institucionais e sociais para ser desenvolvido em sua plenitude. Coriat assinala que no coração do sistema estão dois pilares em torno dos quais se articulam diversas inovações para impulsioná-los. Eles são a produção *just-in-time* e a auto-ativação da produção.

O *just-in-time* significa que a produção é determinada pela demanda e se expressa na ausência de estoques, na rapidez da entrega e na garantia da qualidade do que é solicitado. O fluxo de informações ao invés de seguir o percurso do início ao fim da cadeia produtiva, como no planejamento fordismo, faz-se pelo avesso. Para regular o processo produtivo parte-se das encomendas dirigidas à fábrica para chegar-se até aos postos de trabalho delas mais distante. Dentro da fábrica, a produção de peças do posto anterior só é realizada para atender a demanda do posto posterior.

A auto-ativação se torna fundamental para realizar os princípios do *just-in-time*. Significa a transferência das tarefas de controle de qualidade, programação, diagnóstico, reparo e manutenção do processo produtivo aos seus operadores diretos, sem o que não se poderia garantir a qualidade e o rápido ajuste da produção às variações qualitativas e quantitativas da demanda. Os trabalhadores diretos passam a ter grande autonomia decisória, o que lhes permite parar a linha de montagem e intervir sobre seu funcionamento para atingir as metas fixadas pelo *just-in-time*.

Esses laços de comunicação quebram as hierarquias entre o planejamento e a execução e impactam o conjunto do trabalho realizado na empresa. O planejamento não é mais uma realidade *ex-ante* à execução, concebida e imaginada por burocratas, mas se conjuga na mesma dimensão temporal, redefinindo a noção e o perfil da gerência. Desenvolve-se um enfoque sistêmico. O parâmetro de produtividade deixa de ser o de cada trabalhador individual em seu posto, para ser o do sistema em seu conjunto. A noção de tempos partilhados substitui a de tempos alocados e impostos ao trabalhador. O operário se desespecializa assumindo tarefas cada vez mais subjetivas na realização de seu trabalho manual. Torna-se polivalente e politécnico para exercer as atividades sistêmicas de controle da qualidade da empresa. A própria gestão da empresa é partilhada entre os vários segmentos de trabalhadores que fazem parte de

seu universo.

O resultado da reorganização do processo produtivo é um enorme salto nas taxas de produtividade e de redução de desperdícios e erros na elaboração dos produtos. O objetivo central da regulação toyotista é o equilíbrio geral das linhas e processos, devendo-se localizar os excessos e gorduras na empresa para eliminá-los. As altas de inovação e as variações da demanda exigem o cálculo permanente dos padrões de operação alocados a cada um, eliminando-se os excessos de trabalho em determinados pontos do sistema. A alocação dos tempos é apenas indicativa e se realiza em ambiente participativo, sendo transformada pela experiência concreta.

A desespecialização do trabalhador implica a intensificação do seu trabalho, pois aumentam suas tarefas e responsabilidades. O perfil da força de trabalho torna-se crescentemente subjetivo. De outro lado, a preocupação com a eliminação de estoques e excessos leva a supressão de diversos postos de trabalho e ameaça o emprego. As modificações trazidas pelo toyotismo possuem profundos impactos sociais e exigem inovações nas relações sociais para serem sustentadas e desenvolvidas. Um conjunto de compromissos entre capital e trabalho torna-se necessário para desenvolver esse paradigma de produtividade. No fordismo e no taylorismo, o dispêndio de trabalho era eminentemente físico e o controle sobre os corpos através da gerência científica ou da esteira transportadora era fundamental para garantir a valorização do capital. Mas quando a valorização passa a depender do dispêndio subjetivo de força de trabalho, o controle e a coerção física deixam de ser funcionais para garanti-la. Torna-se fundamental mobilizar a subjetividade dos trabalhadores e para isso deve-se construir mecanismos de gestão democratizantes, fundados no consenso.

Coriat observa que no Japão, excetuadas as decisões estratégicas da empresa – referentes às escolhas de investimentos e produtos –, a condução da produção é amplamente internalizada e co-gerida. A sustentação dessa estrutura democrática baseia-se em inovações institucionais bem definidas. Elas são o emprego vitalício, o salário por antigüidade e a aposentadoria precoce. Essas inovações, que são indispensáveis para o desenvolvimento dos novos paradigmas de produtividade, são entendidas pelo neo-liberalismo como desvios do padrões de concorrência e geradoras de ineficiência.

O emprego vitalício torna-se um elemento indispensável do toyotismo por três razões. A primeira diz respeito ao novo perfil da força de trabalho e seu impacto sobre a produtividade. Durante o período fordista, o baixo nível de qualificação do

trabalhador médio permitia que as empresas usassem a alta rotatividade no emprego como um fator de elevação de seus lucros. Esse procedimento gerava um exército industrial de reserva que criava a concorrência pelo emprego entre desempregados e empregados, reduzindo as pretensões salariais dos trabalhadores. Os efeitos negativos da dispensa e recontração de trabalhadores sobre a produtividade eram mais que compensados pelos impactos positivos nos lucros que o baixo dinamismo dos salários provocava. Todavia, a desespecialização dos trabalhadores provocada pelo toyotismo torna esse contexto obsoleto. Se no fordismo a desqualificação e especialização do trabalhador permitia que o trabalhador recém-contratado rapidamente atingisse o nível de produtividade daquele dispensado, uma vez que a massa de conhecimentos que precisava dominar era restrita, no toyotismo essa substituição se faz com enormes prejuízos, pois o movimento de requalificação do trabalhador não tem limites, incluindo dimensões sistêmicas e imateriais, onde o estoque acumulado é um requisito importante para o alcance de novos avanços tecnológicos.

A segunda razão refere-se ao fato de que os trabalhadores dificilmente aceitarão integrar um movimento de gestão que intensamente introduz inovações e reduz postos de trabalho, se não houver garantia de que estão participando, não da eliminação de seus empregos, mas da redefinição de suas atividades de trabalho. Em um sistema de desespecialização dos trabalhadores é necessário que a eliminação de postos de trabalho, ligada à introdução de certas inovações tecnológicas, seja compensada pela geração de novas formas de dispêndio da força de trabalho, associadas à dimensão politécnica e polivalente do trabalhador. A terceira razão prende-se às determinações da luta entre os capitais. O fato de o trabalhador individual tornar-se um ativo diferenciado, em cuja formação a empresa investe em toda a duração de sua força de trabalho, faz necessária a sua retenção na empresa para ela obter os resultados e não a concorrência.

O mecanismo de retenção do trabalhador na empresa não pode ser pela coerção, mas pelo consentimento. O salário por antigüidade, ao gerar no trabalhador a expectativa de permanecer na mesma firma, será o instrumento adequado para isso. Se o trabalhador sair de uma determinada empresa é penalizado com uma significativa redução de salário, pois perde os anos de antigüidade ao ingressar em outra em que é recente. O emprego vitalício e o salário por antigüidade tornam-se a base dos *mercados internos de trabalho*, que permitem ao trabalhador inserir-se num horizonte de progressão funcional e permanente aquisição de qualificações e rendas. O salário

por antigüidade tende assim a tornar-se o salário por idade, o que se harmoniza com a estrutura de qualificações. Na base da aquisição das qualificações está o tempo, que permite obtê-las durante a própria atividade de trabalho ou fora dela, mediante o ensino formal.

Finalmente, a aposentadoria precoce (entre 55 e 60 anos) atua como um mecanismo que garante a ascensão funcional na organização, evitando a monopolização de postos por determinadas pessoas. Como se vê, essas inovações institucionais criam um ambiente de engajamento e inclusão. Para obter-se um alto nível de intensidade do trabalho, parte-se do pressuposto de que o trabalhador é alguém que tem interesse em produzir, se tem as condições institucionais adequadas para isso. E não do pressuposto neoliberal de que o trabalhador só produz ameaçado pela mais absoluta escassez. No regime toyotista a exclusão por engajamento deficiente é definida muito mais pela marginalização dos ganhos da inclusão do que pela miséria absoluta do regime de concorrência perfeita.

Uma vez descritos os principais aspectos constitutivos do toyotismo, convém abordar a questão das possibilidades de sua transferência para fora do Japão e generalização no âmbito da economia mundial.

3. A Economia Mundial Capitalista e os Limites à Difusão do Toyotismo

Coriat observa que na experiência japonesa de gestão existem elementos genéricos pertencentes ao toyotismo e outros que são próprios da cultura japonesa. Os elementos gerais são de caráter institucional, fundamentam o toyotismo e podem ser transferidos a qualquer cultura, desde que se tenha como objetivo a sua construção. A essência do toyotismo encontra-se no estabelecimento do *just-in-time* e da auto-ativação, como parâmetros de regulação da produção, e na introdução de um conjunto de inovações institucionais que lhes dêem suporte. Essas inovações são a gestão partilhada, o investimento na qualificação dos trabalhadores, a estabilidade no emprego, o salário por antigüidade, a construção de mercados internos de trabalho e a aposentadoria precoce. Da mesma forma que o taylorismo e o fordismo se generalizaram, introduzindo a análise dos tempos e movimentos no processo de trabalho, onde antes havia outras práticas, o toyotismo pode generalizar seus elementos estruturais.

Cada região, no entanto, de acordo com sua história e cultura, encontra uma maneira própria de implementar essas instituições. No Japão, grande parte dos instrumentos para o engajamento do trabalhador são implícitos, isto é, não fazem

parte de qualquer relação contratual explícita entre o trabalho e o capital, mas se afirmam como prática social que faz parte das expectativas dos atores pela força do costume. Por outro lado, as negociações entre capital e trabalho são realizadas com a participação de sindicatos trabalhistas por empresa. Essa tem sido a via especificamente japonesa de introdução do toyotismo.

Todavia, é preciso considerar as limitações que existem numa economia mundial capitalista para o aprofundamento e difusão do toyotismo. Na própria economia japonesa, no início dos anos 90, esse regime de regulação incluía apenas 30% da força de trabalho, que vinculava-se aos seus segmentos mais dinâmicos, embora seja a base do seu crescimento desde os anos 60.

Esses limites prendem-se ao fato de que as relações de produção capitalistas não suportam a generalização das formas de gestão do novo paradigma produtivo. Elas tendem a eliminar a mais-valia e a forma salarial a longo prazo. Essas contradições devem limitar o novo período de crescimento do Kondratiev. Ele será menor e menos punjante do que o dos anos dourados do pós-guerra e levará o capitalismo ao seu limite nas próximas décadas, pois:

i) Os Estados Unidos estão em uma trajetória de decadência da condição de liderança da economia mundial, por terem se comprometido profundamente com as estruturas institucionais fordistas que se desenvolveram para sustentar a sua liderança. Eles deixam de ser a região de maior dinamização do progresso técnico e sofrem perdas no jogo competitivo dos mercados que se traduzem em déficits comerciais. As heranças negativas do fordismo dificultam a incorporação dos novos paradigmas de produtividade. Ao reagir a esse quadro, os Estados Unidos usam a força que possuem no sistema financeiro internacional para criar uma bolha financeira e manter um poder de compra independente de sua renda, atraindo capitais externos através da dívida pública e da desnacionalização das empresas. Com isso, limita-se o investimento produtivo na economia mundial.

ii) A superexploração funciona internacionalmente como um regulador que modera os avanços sociais nos segmentos mais avançados do capital, tão logo reduzam suas taxas de lucro. A ampla mobilidade de capitais e o aumento da migração de trabalhadores impulsionados pela globalização atuam como reservas para limitar o valor da força de trabalho e manter a taxa de lucro, ainda que ao custo da redução do crescimento econômico.

Se a capacidade do capitalismo desenvolver as inovações toyotistas é limitada,

que perspectivas podem existir no século XXI para o trabalho? Devemos nos conformar a um cenário de crescente exclusão? Como criar um cenário onde se imponham os mecanismos virtuosos de crescimento econômico? Para criar esse cenário é fundamental reformular a ação do Estado. A iniciativa se transfere para as políticas públicas.

As classes dominantes quando têm esgotada a expansão de suas formas produtivas centrais de extração de excedentes, tendem a recorrer a mecanismos extra-econômicos para sua obtenção. Ao fazê-lo são obrigadas a criar estruturas políticas que contém elementos que estão acima de sua capacidade de organização. No feudalismo europeu, a decadência da servidão como forma principal de extração de excedentes levou ao desenvolvimento do Estado absolutista, que se constituiu no mecanismo substituto para a aquisição de riquezas através da arrecadação e das guerras (Anderson, 1974). Criou-se um movimento de centralização política que desenvolveu a burocracia, a tributação, o exército permanente, o comércio e a diplomacia. Mas toda essa superestrutura se articulava à tutela da nobreza, que limitava o seu pleno funcionamento como um espaço público diferenciado do privado, encarcerando-a no patrimonialismo. A burocracia se articulava à venalidade e hereditariedade dos cargos, os exércitos eram formados por mercenários e estrangeiros, o mercantilismo limitava o desenvolvimento do comércio e a diplomacia tinha como grande objetivo a aquisição de territórios através do casamento.

Foram necessárias as revoluções burguesas para eliminar as monarquias absolutas e viabilizar o desenvolvimento de uma superestrutura pública pautada na legalidade, na competição, em regras gerais de acesso aos cargos públicos e em forças armadas nacionais, possibilitando novas relações de produção e padrões competitivos de comércio e de política externa.

No capitalismo, a tendência a recorrer ao Estado para resolver o problema da escassez de sua forma básica de trabalho, o assalariado, também se manifesta. Os altos níveis de desemprego atestam a dificuldade da acumulação se vincular às formas virtuosas de gerar a produtividade. A recorrência ao Estado produz paradoxos que tendem a se manifestar de duas formas:

- i) No brutal crescimento da intervenção do Estado na economia, que se articula à formação da dívida pública, à sustentação dos monopólios e aos gastos com o aparato repressivo; e
- ii) Na emergência da centro-esquerda como principal força política da

economia mundial capaz de impulsionar a acumulação de capital e realizar, até certo ponto, políticas de combate à exclusão social para gerar estabilidade política. Ela surge como a força política capaz de criar um cenário macroeconômico que impulsiona os elementos virtuosos da acumulação, ao desenvolver políticas educacionais, de saúde, e sociais que reduzem os custos de formação e reprodução da força de trabalho para o capital.

A capacidade de se conciliar, nas próximas décadas, política social e sustentação da acumulação é limitada e torna contraditório esse sistema de intervenção estatal. Cria-se uma estrutura de intervenção pública que, se liberada de seus compromissos com a acumulação, pode planejar democraticamente a vida social. Para isso é necessário que as forças de esquerda e centro-esquerda compreendam que uma política virtuosa, sustentável e economicamente eficaz, deve considerar prioritariamente os interesses das grandes massas.

Torna-se necessária a construção de uma agenda de ação nacional e internacional da nova intervenção pública. Em âmbito nacional, ela deve desvincular o Estado do apoio à acumulação financeira; garantir a elevação dos níveis educacionais, de saúde e de renda das grandes massas; impulsionar a ciência e tecnologia e a cultura; e garantir o contrato coletivo de trabalho. Em âmbito internacional, ela deve criar regras comerciais, produtivas e financeiras que impeçam o deslocamento de capitais em direção ao trabalho superexplorado; e estabelecer o princípio da cooperação e da difusão sobre o da competição, impulsionando redes de comunicação entre as empresas e construindo fundos de desenvolvimento que homogeneizem os padrões de renda e de produtividade internacionais.

4. As Possibilidades do Toyotismo no Brasil

Como vimos, os princípios do toyotismo são desenvolvidos com certa prudência pelo capital. Os segmentos capitalistas que lideram sua introdução e desenvolvimento são aqueles que possuem pretensões de liderança competitiva na economia mundial. O Japão, ao possuir uma burguesia nacional que rejeitou a subordinação aos monopólios internacionais, pôde desenvolver a introdução dos novos paradigmas de gestão. No pós-guerra, o Japão aceitou, nos anos 50 e 60, a ajuda financeira e militar dos Estados Unidos para a reconstrução, mas soube tirar partido da instabilidade sócio-política na Ásia para evitar a desnacionalização de sua economia e as restrições a sua liberdade de política econômica.

Embora o toyotismo seja a forma de gestão apropriada da economia da abundância, a sua introdução nem sempre se refere a esse contexto. No Japão foram justamente as suas condições específicas no pós-guerra, de um mercado interno restrito e pouco adequado à produção em massa, que levaram a necessidade de priorizar as economias de escopo sobre as economias de escala. Era necessário produzir com o mínimo custo produtos diferenciados. A produção em massa geraria capacidade ociosa, estoques e desperdícios.

Os altos níveis de produtividade alcançados e a revolução microeletrônica nos anos 70 deram um novo salto no desenvolvimento do toyotismo japonês, articulando-o à abundância. O crescimento dos níveis salariais no país tiveram a contra-partida numa enorme projeção do Japão como potência econômica mundial que se estendeu ao Leste asiático.

Por que o Brasil e a América Latina tendo um mercado interno restrito não adotou esse paradigma e quais as possibilidades de sua difusão na região nas próximas décadas?

O principal obstáculo à implementação desse paradigma na região é o caráter dependente de suas burguesias. O toyotismo, como vimos, é um regime de regulação econômica gerador de inovações tecnológicas e de produtividade. Nas economias dependentes se desenvolve uma alta dependência da inovação tecnológica estrangeira, que se torna a chave do seu crescimento econômico. Para compensar as perdas de mais-valia que a dependência provoca, as classes dominantes locais recorrem à superexploração do trabalho. Esse tipo de articulação limita o esforço criativo no sentido do aumento do valor da força de trabalho, não permitindo utilizar a escassez do mercado interno para desenvolver os princípios da economia de escopo.

A queda dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor limitou o próprio desenvolvimento da produção em massa da região, ao reduzir seu mercado interno. No pós-guerra, a industrialização só pode se desenvolver com maior projeção nos países da região com grandes contingentes populacionais, como Brasil, México e Argentina, pois os limites estruturais para integrar os grandes contingentes populacionais nesse mercado, não eram contornados pelo desenvolvimento da produtividade. A região permaneceu com altas taxas de pobreza e indigência que produziram ociosidade nas plantas produtivas, encarecendo o investimento. O consumo de luxo e o consumo estatal foram os mecanismos de compensação das restrições do mercado interno, mas não se ajustaram plenamente à produção em

massa. A expansão da indústria exigia o mercado externo.

A integração dos mercados nacionais no internacional, impulsionada pela globalização e pela revolução científico-técnica, coloca novos desafios e possibilidades para a América Latina. Se de um lado, lhe abre mercados, de outro lado, coloca sua economia sob a ameaça da competição. Para vencer o desafio da competição e ocupar espaços em novos mercados é fundamental a reorganização do processo de trabalho. Entretanto, o que vem se observando na região é a tentativa de introduzir alguns elementos que compõem as técnicas toyotistas, desarticulando-os das inovações sociais que lhes dão suporte. A qualidade total e o *just-in-time* surgem como metas que paradoxalmente se combinam com iniciativas liberalizantes, como as de flexibilização dos direitos trabalhistas.

No Brasil, as altas taxas de demissão têm sido usadas como um fator que ocupa o lugar da rotatividade do trabalho na subordinação do trabalhador ao capital. Durante o auge do fordismo e do taylorismo, a alta rotatividade do trabalho funcionava como um mecanismo de criação de um exército de reserva de força trabalho para reduzir as pressões salariais dos empregados. Nos anos 90, as demissões têm reduzido a rotatividade e atuado de uma dupla forma:

i) Como um fator de pressão que substitui o consentimento para que o trabalhador aceite a maior intensidade e o aumento das tarefas de trabalho produzidos pela utilização de técnicas toyotistas.

ii) Como um fator de reestruturação da empresa e do próprio local de trabalho para “aproximar” sua configuração organizacional dos princípios toyotistas. Assim, elevam-se as taxas de estabilidade no emprego nas empresas pelo simples fato de que os empregados com força de trabalho menos qualificada são demitidos, não sendo posteriormente recontratados. Os empregos mais qualificados, que sempre gozaram de maior estabilidade funcional, passam a ter maior peso nas empresas. Esse cenário é socialmente devastador. Para se ter uma idéia de suas dimensões, é importante mencionar que em 1989, em São Paulo, 36,2% da força de trabalho tinha menos de 1 ano de tempo de serviço e 50,6% de chances de perder o emprego até o final do ano. Outros 16,4% tinham de 1 a 2 anos de tempo de serviço e 35,2% de chances de não permanecerem em seus postos de trabalho durante o final desse período (Baltar e Proni, 1996: 127-128).

Os resultados da introdução de inovações organizacionais por essa via são tímidos. Embora as taxas de produtividade tenham crescido de forma expressiva em

certos segmentos da indústria manufatureira, elas não se difundiram ao conjunto da economia, nem permitiram a melhoria da inserção do Brasil no comércio internacional. Apesar da desvalorização do real, permanecemos com resultados inexpressivos na balança comercial, vinculados ao estancamento do PIB, e incapazes de compensar nossos déficits na balança de serviços. Consequentemente, o equilíbrio macroeconômico torna-se dependente de baixas taxas de crescimento econômico e dos movimentos instáveis e dinâmicos de capitais estrangeiros.

Como saída para esse impasse pela via da modernização conservadora, o governo FHC lidera o projeto de uma grande reforma trabalhista que flexibiliza direitos trabalhistas como férias, 13º salário e FGTS. Trata-se de aumentar as taxas de superexploração para reduzir custos de produção e permitir um aumento das exportações, diminuindo a demanda interna. Todavia, uma alternativa desse tipo é ilusória, pois aprofunda nossa vinculação a mecanismos espúrios de competitividade.

Para nos inserirmos de forma soberana no comércio internacional é necessário que estabeleçamos fundamentos sistêmicos de competitividade, necessários para apoiar a introdução de novas formas de gestão. Para isso precisamos de um Estado ativo e planejador que se articule com as iniciativas de trabalhadores, ONG's e empresários em torno de metas de políticas social, macroeconômica, de desenvolvimento e ambiental.

Para desenvolvermos adequadamente o regime toyotista de regulação precisamos aumentar o valor da força de trabalho. Isto é, elevar seus padrões de educação, de participação democrática, de saúde e seguridade social e de renda. A ação direta e indireta do Estado na oferta e regulação de serviços e a elaboração de uma política macroeconômica de desenvolvimento econômico são fundamentais para impulsionar a elevação desses padrões. Não é mais possível a existência de um Estado que gasta metade de seu orçamento com o pagamento de juros ao setor financeiro. É preciso optar-se por uma política expansionista que ampare financeiramente a geração de produtividade. O fenômeno da inflação foi superado, nos anos 90, pelo da deflação, e o seu combate exige a expansão da demanda.

É necessário que o Estado brasileiro se articule com as iniciativas internacionais de eliminação da competitividade espúria, que visam estabelecer padrões internacionais mínimos de utilização do trabalho e de preservação do meio-ambiente. Os eventos de Seattle assinalam a presença de uma centro-esquerda internacional preocupada com manutenção dos níveis de vida das grandes massas dos

países centrais ameaçados, com a globalização dos mercados nacionais, pela redução dos custos de produção mediante altas taxas de degradação do meio-ambiente e de exploração do trabalho.

A posição do governo brasileiro, de qualificar esse movimento de protecionista, reflete a ganância de suas classes dominantes e do capital internacional. Aquelas buscam garantir seus lucros desde uma posição dependente e para isso excluem as grandes massas populares. Por sua vez, o capital internacional procura situar-se acima de qualquer regulação institucional e transformar em lucros as vantagens de sua maior mobilidade em busca de custos de produção mais baixos, impulsionando padrões mundiais trabalhistas e ecológicos cada vez mais deteriorados.

Um giro político no Brasil, no sentido de uma política de desenvolvimento sustentada no equilíbrio ecológico, na valorização da força de trabalho e na democratização institucional teria fortes impactos sociais. O Estado deverá assumir papel central nesse giro. Seja pelo fato de que sua participação tende, como vimos, a se expandir a longo prazo, seja pelo fato de que a dependência internacional da burguesia brasileira obstaculiza a transição para um regime de geração de produtividade, sempre que ele signifique a elevação do valor da força de trabalho. Durante o auge internacional do fordismo, as limitações do mercado interno impediram o pleno desenvolvimento de um setor de bens de capital, tornando a nossa industrialização, truncada, nas palavras de Fernando Fanjzylber. Agora, de maneira muito mais aguda, a superexploração do trabalho atua durante a difusão do toyotismo como um fator que desvia nossa formação social de trajetórias de desenvolvimento adequadas ao paradigma tecnológico vigente.

O setor público têm assim uma tarefa primordial nas próximas décadas no Brasil e na América Latina. Para cumpri-la deverá se reorganizar, democratizando-se. Deverá institucionalizar canais permanentes de comunicação com as demandas da sociedade, estabelecer estruturas de gestão descentralizadas – que proporcionem mercados internos de trabalho e valorizem o servidor público – e desenvolver uma perspectiva estratégica e sustentável de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

Anderson, Perry. Linhagens do Estado Absolutista, São Paulo, Editora Brasiliense, 1985

- Bambirra, Vânia. El Capitalismo Dependiente Latinoamericano, 1974
- Arrighi, Giovanni. O Longo Século XX, Contraponto, Rio de Janeiro, Brasil, 1996
- Bloch, Marc, A Sociedade Feudal, Lisboa, Edições 70, 1982
- Baltar e Proni. Sobre o Regime de Trabalho no Brasil in Mattoso(ed.) Crise e Trabalho no Brasil, São Paulo, Scritta, p.p.109-149.
- Caputo O. e Pizarro R. Dependencia y Relaciones Internacionales, Costa Rica, Educa, 1973.
- CEPAL, América Latina 15 años de Desempenho Económico. Naciones Unidas, Santiago, 1996.
- Coriat, Benjamin. Pensar pelo Averso, Rio de Janeiro. Editora da UFRJ, 1994.
- Coutinho, Luciano e Ferraz, João Carlos (Org) Estudo da Competitividade da Economia Brasileira, Campinas, Ed. Unicamp, Papirus, MCT, 1994
- Dos Santos, Theotônio Imperialismo y Dependencia., Ediciones Era, México D.F, 1978
- Fajnzylber, Fernando, La Industrialización Trunca de America Latina, México, Caracas e Buenos Aires. Editorial Nueva Imagen, 1983
- Gonçalves, Reinaldo. Globalização e Desnacionalização, Paz e Terra, 1999
- Maddison, Angus. La Economia Mundial 1820-1992: Analisis y Estadísticas, OCDE, Paris, 1997
- Mandel, Ernst O Capitalismo Tardio. Abril Cultural, 1985.
- Marini, Ruy Mauro. El Ciclo del Capital en la Economía Dependiente in Ursula Oswald *Mercado y Dependencia*, editorial Nueva Imagen, México D.F, 1979, p.p. 37-55
- Marini, Ruy Mauro. "Plúsvalía Extraordinaria y Acumulación de Capital" in Cuadernos Políticos n. 20, México D.F.1979
- Martins, Carlos Eduardo. "A superexploração do trabalho e a acumulação de capital: reflexões para uma economia política da dependência". Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política nº5, dezembro de 1999.

Marx, Karl. O Capital. Livros I, II e III. São Paulo, Brasil, Difel, 1985.

Mattoso, J. e Siqueira Neto, José O Trabalho em Regime de Subcontratação no Brasil. Cadernos do CESIT, n.24, set., Instituto de Economia /UNICAMP, 1997.

Womack, James P. et Alli A Máquina que Mudou o Mundo. Rio de Janeiro, Campus, 1992.